

RESULTADO LEGISLATIVO SEMANAL

Semana de 16 a 20 de Outubro de 2017

SENADO FEDERAL

PLENÁRIO

Na Sessão Deliberativa Ordinária, realizada na quarta (18), **foi aprovado e agora vai à sanção** o [PLC 60/17](#), de autoria da deputada federal Erika Kokay (PT/DF), que institui a campanha nacional de prevenção ao HIV/AIDS e outras infecções sexualmente transmissíveis, denominada Dezembro Vermelho.

Na mesma sessão, **não foi deliberada** a [PEC nº 14/2016](#), de autoria conjunta de vários senadores, que cria as polícias penitenciárias federal, estaduais e distrital.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PLENÁRIO

O Plenário da Câmara dos Deputados não deliberou, devido ao encerramento das Sessões, nenhum dos projetos enviados na agenda:

O [PLP 76/07](#), do ex-deputado José Fernando Aparecido de Oliveira (PV/MG), que inclui mais de 80 municípios do estado de Minas Gerais na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

A [PEC 70/11](#), do ex-senador José Sarney, que altera o procedimento de apreciação das medidas provisórias pelo Congresso Nacional tornando o prazo de 120 dias para apreciação de MP pelas Casas dividido em 80 dias na Câmara, 30 dias no Senado e 10 dias para análise de emendas apresentadas no Senado.





As matérias devem seguir nas próximas agenda, considerando que a previsão é que nenhuma Medida Provisória seja pautada no Plenário enquanto a PEC 70/11 não for aprovada.

Vale ressaltar que o Plenário aprovou na quarta-feira (18) o [PL 8843/17](#), que cria novas normas para o processo administrativo aberto pelo Banco Central ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM); aumenta multas máximas; e permite a formulação de acordo administrativo com infratores e a concessão de empréstimos de bancos a seus diretores e acionistas.

PAUTA NAS COMISSÕES

TRABALHO ILEGAL

Senado Federal | CDHET | 16 (segunda) às 09h, Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 06

Foi realizada a **audiência pública** que debateu as formas inaceitáveis de trabalho (trabalho escravo, trabalho infantil, trabalho indigno, trabalho intermitente e outras). Foi pontuada a preocupação com as violações de direitos e o pouco avanço do Brasil no combate a essa questão. Também foi discutida a falta de recursos para políticas públicas voltadas a essa temática. A sessão durou cerca de três horas e contou com a participação dos seguintes convidados:

Ministro Lélvio Bentes Corrêa

- Ministro do Tribunal Superior do Trabalho - TST

Renato Bignami

- Auditor Fiscal do Trabalho

AUDIÊNCIA

Marinalva Cardoso Dantas





STRATEGOS



O L M A

PÚBLICA

- Chefe da Divisão de Fiscalização do Trabalho Infantil do Ministério do Trabalho

Katleem Maria Pires de Lima

- Auditora Fiscal do Trabalho - Coordenadoria do Combate ao Trabalho Infantil da Superintendência Regional do Trabalho do Estado de Goiás

Ronaldo José de Lira

- Procurador do Trabalho e Vice Coordenador Nacional da Coordenadoria de Combate a Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente do Ministério Público do Trabalho - COORDINFANCIA

Noemia Aparecida Garcia Porto

- Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA

Deuzinéia Nogueira da Silva

- Representante do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA

(RDH 137/2017, do Senador Paulo Paim – PT/RS)

EDUCAÇÃO

Câmara dos Deputados | CE | 17 (terça), às 10h, Anexo II, Plenário 10

Audiência pública para debater os trabalhos de implantação da reforma do ensino médio e Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

A deputada Pollyanna Gama (PPS/SP), autora do requerimento para a realização da audiência, destacou a necessidade de um debate amplo sobre a implantação da base comum com especialistas que estiveram à frente da formulação da proposta.

(Requerimento nº 352/17, das deputadas Pollyana Gama (PPS/SP), Professora Marcivania (PCdoB/AP) e Professora





Dorinha Seabra Resende (DEM/TO)).

EDUCADOR SOCIAL

Senado Federal | CAS | 18 (quarta), Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 09

PLS 328/15 – Foi adiada a deliberação e deve constar na pauta da próxima sessão o PLS de autoria do Senador Telmário Mota (PDT/RR) que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Educadora e Educador Social, relacionada à realização de ações afirmativas, mediadoras e formativas, com atuação dentro ou fora dos âmbitos escolares, a partir das políticas públicas definidas pelos órgãos federais, estaduais, do Distrito Federal ou municipais. **O parecer da relatora, Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), é pela aprovação da matéria e das Emendas nº 1-CCJC e nº 3-CCJC.**

Câmara dos Deputados | CE | 19 (quinta), às 9h30, Anexo II, Plenário 10

Audiência pública para debater a Busca Ativa Escolar.

BUSCA ATIVA ESCOLAR

A ferramenta, conforme explica o deputado Alex Canziani (PTB-PR), reúne representantes das áreas de Educação, Saúde, Assistência Social, Planejamento, e é capaz de fornecer a municípios e estados dados concretos para o planejamento, desenvolvimento e implementação de políticas públicas que contribuam para a inclusão escolar.

A ferramenta foi desenvolvida pelo Fundo das Nações Unidas





STRATEGOS



OLMA

para a Infância (Unicef) em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), o Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) e o Instituto TIM.

(Requerimento nº 383/17, do deputado Alex Canziani (PTB/RR)).

GÊNERO

Câmara dos Deputados | CREDN e CDHM | 18 (quarta), às 10h, Anexo II, Plenário 03

Audiência pública para conhecer e debater experiências exitosas adotadas nas escolas do Brasil, Chile e Uruguai no combate à violência contra estudantes LGBT.

LGBT

De acordo com o deputado Jean Wyllys (PSOL/RJ), a Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional com Adolescentes e Jovens LGBT, realizada neste ano em seis países - Brasil, Uruguai, Argentina, Chile, Peru e Colômbia, reuniu subsídios importantes para fundamentar a adoção de políticas públicas necessárias que possibilitem transformar as instituições educacionais em ambientes mais seguros e acolhedores para estudantes LGBT.

“Após os alarmantes resultados apresentados na pesquisa realizada no Brasil, na qual 73% dos estudantes LGBT sofrem bullying, 60% se sentem inseguros no ambiente escolar e 37% apanham ou apanharam dentro das escolas, é urgente que avancemos nas políticas públicas educacionais que venham promover um ambiente escolar pacífico e justo a todos e todas os/as estudantes”, afirmou o deputado.



(Requerimentos nº 192/17, dos deputados Jean Wyllys (PSOL/RJ) e Jô Moraes (PCdoB/MG); nº 13/17 da deputada Erika Kokay (PT/DF); e nº 48/17, do deputado Chico Alencar (PSOL/RJ)).

INDÍGENAS

Câmara dos Deputados | CDHM | 17 (terça), às 10h, Anexo II, Plenário 08

Audiência pública para discutir a educação escolar indígena.

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Segundo a Fundação Nacional do Índio (Funai), os povos indígenas têm direito a uma educação escolar específica, diferenciada, intercultural, bilíngue/multilíngue e comunitária. A coordenação nacional das políticas de educação escolar indígena é de competência do Ministério da Educação, cabendo aos estados e municípios a execução para a garantia desse direito.

(Requerimento nº 101/17, do deputado João Daniel (PT/SE)).

Senado Federal | CE | 17 (terça) às 11h30, Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15

EDUCAÇÃO INDÍGENA

PLS 737/15 – Foi adiada a deliberação da matéria de autoria do Senador Telmário Mota (PDT/RR) que institui os territórios étnico-educacionais como forma facultativa de organização da educação escolar indígena. **O parecer do relator, Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), é pela aprovação.**



Câmara dos Deputados | CAPADR | 18 (quarta), às 9h30, Anexo II,
Plenário 06

Audiência pública para debater a produção agrícola indígena.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA INDÍGENA

Segundo o deputado Nilson Leitão (PSDB/MT), o objetivo principal da audiência pública era buscar soluções que garantam maior qualidade de vida alimentar e financeira das comunidades indígenas. “O debate é para ouvir as lideranças indígenas, garantindo sua sustentabilidade e dignidade. O índio não pode ser tratado como uma reserva cultural apenas, eles também querem ser produtores e garantir a sustentabilidade de suas comunidades”, ressaltou Leitão durante a reunião.

A necessidade de discussão do tema decorreu de ações implementadas pela Embrapa nas comunidades indígenas do Amapá e Acre para melhorar e ampliar a produção agrícola na região, bem como garantir a oferta de alimentos nas aldeias. O trabalho que vem sendo desenvolvido já promoveu o melhor aproveitamento de recursos naturais nas comunidades, além de gerar alternativas de uso sustentável na floresta amazônica.

(Requerimentos nº 478/17, do deputado Nilson Leitão (PSDB/MT) e 486/17, do deputado Adilton Sachetti (PSB/MT)).

MEIO AMBIENTE

ALTERA O CÓDIGO FLORESTAL

Senado Federal | CRA | 17 (terça) às 11h, Anexo II, Ala Senador
Alexandre Costa, Plenário nº 07

PLS 733/15 – Foi concedida vista, solicitada pelas Senadoras Regina Souza (PT/PI) e Ana Amélia (PP/RS), ao projeto do Senador Wellington Fagundes (PR/MT) que altera a Lei nº



12.651/2012 (Lei do Código Florestal Brasileiro) para autorizar a inscrição no Cadastro Ambiental Rural – CAR, de forma individualizada, dos lotes de assentamentos da Reforma Agrária.

O parecer do relator, Senador Waldemir Moka (PMDB/MS), é pela aprovação com emenda.

Senado Federal | CI | 17 (terça) às 9h, Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

PLS 603/15 – Foi adiada a discussão da matéria de autoria do ex-Senador Delcídio do Amaral (sem partido/MS) que disciplina o licenciamento ambiental dos aproveitamentos de potenciais hidroenergéticos considerados estratégicos e estruturantes, cria mecanismos para otimizar o planejamento do aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica do Brasil. **O parecer do relator, Senador Wilder Moraes (PP/GO), é pela aprovação.**

Câmara dos Deputados | CMADS | 17 (terça), às 14h, Anexo II, Plenário 08

Audiência pública para discutir Desenvolvimento Sustentável, Industrialização e Inovação.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS a serem implementados pelos países membros da Organização das Nações Unidas até 2030 contemplam a temática da indústria, inovação e infraestrutura. O ODS número 9 diz: “Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação”.

Nesse sentido, o Brasil está comprometido com uma agenda de desenvolvimento sustentável que abrange também um desenvolvimento econômico e industrial, o que pode alavancar a



geração de empregos nos próximos anos.

(Requerimento nº 213/17, do Deputado Nilto Tatto (PT/SP)).

QUESTÕES SOCIAIS

Câmara dos Deputados | CCULT | 18 (quarta), após a deliberativa que se inicia às 14h30, Anexo II, Plenário 10

Audiência pública para discutir o [PL 6573/16](#), que altera o Estatuto da Igualdade Racial.

Segundo o autor da proposta, deputado Chico D'Angelo (PT/RJ), o projeto foi elaborado a partir de sugestão de ativistas pela igualdade racial que consideram necessário aprimorar os mecanismos de autodeclaração para fins de ação afirmativa. “Esse projeto leva em conta denúncias de fraude – ainda que em pequena proporção – e de burlas ao sistema de ação afirmativa vigente nas instituições de ensino superior e nos concursos públicos”, explica.

IGUALDADE RACIAL

Para Chico D'Angelo, é preciso assegurar que as cotas beneficiem os grupos populacionais que possuem direito à reparação “pelos processos históricos de violência e de exclusão social contra a população não branca resultantes do colonialismo, da escravidão e de todos os seus reflexos na contemporaneidade que contribuem para o cenário de injusta divisão social das oportunidades entre os distintos grupos étnico-raciais no Brasil”.

(Requerimento nº 92/17, do deputado Chico D'Angelo (PT/RJ)).



